



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

*Discurso na Reunião de Cúpula do
Mercosul, por ocasião da Reunião do
Conselho do Mercado Comum*

ASSUNÇÃO, PARAGUAI, 22 DE JUNHO DE 2001

Quero iniciar estas palavras convidando meus caros Presidentes e amigos para uma reflexão muito simples.

Se hoje o Mercosul não existisse, tomaríamos aqui a decisão de criá-lo? Dez anos já se passaram desde que se firmou o Tratado de Assunção e, apesar da opinião dos céticos e dos pessimistas, não se pode deixar de reconhecer que temos o que celebrar:

- um elemento de garantia da democracia em nossa região;
- um patrimônio de cooperação e solidariedade;
- um fator de paz, de estabilidade e de estímulo ao crescimento;
- um grupo de nações com identidade própria, que reforça sua credibilidade internacional.

E, se os céticos e pessimistas consideram que essas são conquistas vagas, há também resultados bastante concretos:

- a ampliação dos fluxos de comércio;
- a expansão das *joint ventures*;
- o êxito com que nos afirmamos como um pólo de atração de investimentos;

- a comunicação mais direta entre nossos parlamentos e partidos políticos;
- o avanço na criação de normas comuns em áreas de interesse direto para nossos povos, como justiça, educação, saúde, meio ambiente, emprego;
- a associação com países da América do Sul que não pertencem originalmente ao bloco (Bolívia, Chile e, agora, a Venezuela);
- e a aproximação crescente com outros grupos regionais, entre os quais a União Européia, a Comunidade Andina, a África Austral, esta aqui representada hoje pelo Presidente de Moçambique.

Mas o que tivemos nesses dez anos foi, acima de tudo, a construção real – sem precedentes em nossa história – de um processo de integração entre países vizinhos.

Por tudo isso, não hesito em dizer que se o Mercosul hoje não existisse, estaríamos lamentando dez anos perdidos. E anos em que novos desafios nos foram impostos de fora para dentro:

- a aceleração do processo de globalização;
- as impiedosas exigências de competitividade e de avanço tecnológico;
- o aprofundamento das assimetrias no comércio internacional e nas finanças;
- os riscos de marginalização.

O que seríamos hoje sem o Mercosul?

Povos talvez ainda alimentados por rivalidades e antagonismos do passado. Nações atuando isoladamente, continuando a viver as ilusões dos modelos de autarquia, protecionismo e auto-suficiência que só condenam ao atraso e à irrelevância.

Talvez a Argentina não estivesse comprando automóveis, autopeças e tantos outros produtos brasileiros. E talvez o Brasil não estivesse importando petróleo, trigo e automóveis da Argentina. Ou talvez não estivéssemos fortalecendo juntos, como estamos fazendo, nossa competitividade no agronegócio e lutando, também juntos, contra as barreiras injustas que nos são impostas nos mercados internacionais.

Felizmente, estamos aqui celebrando a amplitude de visão e o discernimento político que tornaram possível o Tratado de Assunção. Estamos celebrando um projeto de sociedade que começamos a construir juntos. Não simplesmente a constituição de um mercado. O Mercosul é mais do que um mercado.

Há problemas? Sim, é preciso reconhecer que houve e continua a haver problemas. Às vezes são inflados na percepção pública. O trem que sai no horário não é notícia. Os 18 bilhões de dólares em mercadorias intercambiados pelos quatro países no ano 2000 talvez não sejam notícia de primeira página. Como talvez não o sejam os mais de 135 bilhões de dólares em investimentos estrangeiros diretos recebidos pelos países do Mercosul no triênio 1998/2000.

Notícias são as perfurações da Tarifa Externa Comum, as diferenças entre os regimes cambiais, as pressões protecionistas, as manifestações de interesses corporativos, e assim por diante.

Quando há dificuldades, é importante o esforço de situá-las no quadro mais amplo dos interesses e aspirações de longo prazo de nossos povos. Nas condições atuais da economia internacional, a integração é um imperativo. Como imperativo é o modelo de regionalismo aberto em que se consolida o Mercosul.

Já disse, e repito: o Mercosul é, para o Brasil, um destino. As opções vêm depois.

Temos, em nossa região, o privilégio de uma situação geográfica que nos permite a ambição, a ousadia de um projeto real de integração. Temos, em primeiro lugar, a proximidade física. Mais importante do que isso: temos a proximidade cultural, histórica e de valores entre nossas nações. Essa é a matéria com que se constrói a união entre os povos.

Caros Presidentes,

Minha experiência como pesquisador, homem público e, agora, Chefe de Estado sempre me aproximou das nações vizinhas e amigas que integram este foro.

Orgulho-me de ter sido um dos que se dedicaram a trabalhar por uma consciência de integração na América Latina – ao lado de nomes

como Prebisch, Medina Echavarría, Celso Furtado, Felipe Herrera, Aníbal Pinto e tantos outros – quando isso parecia um sonho distante.

A luta continuaria depois ao lado de amigos como Franco Montoro, Enrique Iglesias, Sarney, Alfonsín, Sanguinetti, e todos os Presidentes do Mercosul – atuais e passados – com os quais tenho compartilhado momentos de decisão e reflexão tão importantes no âmbito dessas reuniões de cúpula.

Com os elementos que recolhi ao longo dessa trajetória pessoal de envolvimento com o tema da integração, posso e quero dizer-lhes com toda convicção: tenho uma visão do futuro do Mercosul. A visão de um espaço comum de garantia da liberdade e de construção compartilhada da prosperidade. A visão de um espaço a partir do qual cada um de nossos países será mais forte, mais capaz de fazer frente aos desafios da economia globalizada. Um espaço cuja vocação vai além do comércio: a vocação de integração profunda no plano econômico, inclusive monetário, e de crescente unidade no plano político, unidade que, no devido momento, encontrará expressão em instituições de caráter supranacional.

Perto da grandeza desses objetivos, os interesses imediatos e localizados – por mais importantes que possam ser – tornam-se menores. Não devemos ser vítimas de uma demonização dos interesses particulares. O Mercosul é obra de democracias, não de tecnocracias, e muito menos de plutocracias. E na democracia, os interesses isolados devem poder expressar-se no espaço público. Mas esse jogo livre dos interesses não é a conclusão ou o ponto final da democracia. É o seu ponto de partida.

É sobre esse pressuposto que se realiza o trabalho da liderança política. Não é fácil. Requer trabalho duro, cansativo. Às vezes requer coragem. O que nossos povos esperam de nós, Chefes de Estado, é que não sejamos presas do jogo de interesses, mas que saibamos conduzi-lo a bom porto. Que saibamos encontrar o tempo certo das decisões. Que tenhamos a sensibilidade para imprimir o ritmo adequado, acelerando e “parando para respirar” quando necessário – não porque queiramos parar, mas porque queremos nos preparar para um salto maior.

Quais devem ser as prioridades nesse esforço conjunto?

- Completar a Zona de Livre Comércio, assegurando que nosso processo de integração não conhecerá retrocessos.
- Impulsionar a implementação da União Aduaneira, mantendo-nos conscientes de que os *waivers* concedidos foram necessários em seu momento, mas são provisórios. É parte da essência do Mercosul ser uma união aduaneira. Abdicar desse objetivo significaria sujeitar o Mercosul ao risco da irrelevância, sem falar da perspectiva de dissolução em esquemas de integração mais abrangentes.
- Devemos prosseguir na construção do Mercado Comum e dos níveis mais profundos de integração econômica. Por que não adotar, por exemplo, uma política agrícola comum do Mercosul?
- Avançar na institucionalização do Mercosul, com a perspectiva da criação da arquitetura política necessária para assegurar o êxito do projeto integracionista no longo prazo.
- Persistir no trabalho de coordenação macroeconômica, que hoje já nos permite dispor de estatísticas comuns e amanhã poderá levar à definição dos critérios de convergência compatíveis com o mercado comum que estamos construindo.
- Revigorar os projetos de integração física e energética, tendo presente que hoje o desenvolvimento já não se faz unicamente em escala nacional, mas deve abarcar mais e mais o plano regional. É preciso pensar a expansão econômica em termos de cadeias produtivas espalhadas no espaço comum do Mercosul.
- Assegurar as condições de competitividade do Mercosul no âmbito internacional, inclusive por intermédio de eventuais reduções negociadas da TEC.
- Progredir nas negociações com outros blocos, e também na Organização Mundial do Comércio, valendo-nos do fortalecimento mútuo que nos é assegurado pelo fato de estarmos juntos.
- E, nesse contexto, preparar a negociação da Área de Livre Comércio das Américas, preservando a compatibilidade desse processo com o Mercosul – quem sabe, avançando na negociação “4 +1” entre o Mercosul e os Estados Unidos.

Não são tarefas pequenas. Exigem grandeza de propósitos e de visão. Sei que estaremos à altura desse desafio. E quando o Tratado de Assunção completar vinte anos, nossos problemas serão de outra natureza, talvez mais fáceis, porque estarão inscritos em um processo mais amadurecido, ou talvez mais difíceis, porque o aprofundamento da integração trará tarefas cada vez mais complexas.

Como quer que seja, o importante é que aqueles que se reunirem daqui a dez anos, talvez aqui mesmo em Assunção, talvez com a presença de um número maior de países, poderão olhar para trás com serenidade e sentir orgulho pelas decisões e iniciativas que, em 2001, asseguraram o futuro e a grandeza do Mercosul.

Muito obrigado.